



Ivan Vale de Sousa
(Organizador)

Letras, Linguística e Artes: Perspectivas Críticas e Teóricas 2

Atena
Editora
Ano 2019

Ivan Vale de Sousa
(Organizador)

Letras, Linguística e Artes: Perspectivas
Críticas e Teóricas 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
L649	Letras, linguística e artes: perspectivas críticas e teóricas 2 [recurso eletrônico] / Organizador Ivan Vale de Sousa. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Letras, Linguística e Artes: Perspectivas Críticas e Teóricas; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-378-1 DOI 10.22533/at.ed.781190506 1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Artes. 3. Letras. 4. Linguística. I. Sousa, Ivan Vale de. II. Série. CDD 407
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Uma grande partilha de saberes é revelada neste livro aos diversos leitores e interlocutores desta obra. Todos os trabalhos que dão formas a este livro partem de correntes teóricas e práticas em que os autores se identificam, além disso, esta coletânea revela e mostra como as múltiplas motivações cooperam para a ampliação dos conhecimentos a serem adquiridos pelos sujeitos que aceitam o desafio de desbravar cada estética e poética textual.

Neste segundo volume da coletânea, a diversidade de temas tratados insere-se na tríade: *letras, linguística e artes*. São tratados neste livro quarenta e um trabalhos de variados autores que admitem a necessidade de realização e amostragem da pesquisa científica, porque mesmo alguns dizendo que no Brasil não se produzem conhecimentos, mostramos que produzimos sim, produzimos muita ciência.

No primeiro capítulo, os autores demonstram a importância cultural imaterial existente nos mitos e lendas da cidade de Barreirinhas, Estado do Maranhão. No segundo capítulo, alguns resultados são apresentados sobre a realização do procedimento sequência didática a partir de um gênero textual. No terceiro capítulo são compreendidos os diversos aspectos na obtenção das noções gerais do processo administrativo fiscal.

No quarto capítulo, os autores problematizam reflexões sobre as polêmicas existentes entre os conceitos de normalidade e anormalidade. No quinto capítulo, a autora analisa o conto *A Igreja do Diabo*, de Machado de Assis, sob o viés do Discurso Religioso. No sexto capítulo há uma exposição de uma pesquisa cujo tema foi a aprendizagem da língua inglesa com o uso de jogos pedagógicos como estratégias de motivação para o aluno aprender um idioma estrangeiro.

No sétimo capítulo, os autores relatam uma experiência desenvolvida no Ensino Médio Integrado do Campus Paraíso do Tocantins, do Instituto Federal do Tocantins. No oitavo capítulo o ensino de língua inglesa para crianças é tomado como ponto de reflexão. No nono capítulo, a autora apresenta resultados parciais de entrevistas referentes ao ensino de língua italiana para a terceira idade.

No décimo capítulo, os autores relatam algumas experiências vividas durante um projeto de ensino de língua italiana voltado ao público infantil. No décimo primeiro capítulo, as autoras apresentam os aspectos referentes ao funcionamento do cérebro humano no ato de ler e os aspectos cognitivos envolvidos na leitura. No décimo segundo capítulo, a autora analisa como os discursos médicos sobre a loucura e as instituições estatais à enfermidade psíquica se destoam da descrição dos internos a respeito da experiência da insanidade e com o respectivo aparato clínico e institucional.

No décimo terceiro capítulo, as autoras discutem a inclusão do internetês como prática escolar em uma tentativa de aproximação do ensino da língua portuguesa com a realidade dos alunos. O autor do décimo quarto capítulo apresenta e sugere algumas estratégias de ensino no contexto da Educação de Jovens e Adultos, reiterando que

não devem ser seguidas como fórmulas infalíveis, mas como formas de problematizar as práticas de professores. No décimo quinto capítulo é discorrido sobre a conceituação de reificação do sujeito, concebida pelo filósofo alemão Axel Honneth.

No décimo sexto capítulo, os autores discutem como o Programa Inglês sem Fronteiras, na Universidade Federal de Sergipe tem contribuído para a formação de professores de língua inglesa. No décimo sétimo capítulo, as autoras sistematizam as relações musicais e sociais de um grupo de jovens no decorrer de encontros de musicoterapia, utilizando-se da pesquisa qualitativa. No décimo oitavo capítulo, as autoras analisam e investigam os efeitos de sentidos dos discursos sobre a inclusão do sujeito surdo no ensino regular.

No décimo nono capítulo é discutido a subutilização do texto poético em salas de aula do Ensino Fundamental. No vigésimo capítulo, as autoras apresentam uma análise sobre a organização pedagógica do trabalho com Educação Física na Educação Infantil do Campo, identificando o lugar que ocupam os jogos e as brincadeiras no universo escolar das crianças do campo. No vigésimo primeiro capítulo, o autor averigua a incidência de textos sagrados das tradições monoteístas do Judaísmo, do Cristianismo e do Islamismo no romance *Lavoura Arcaica*, de Raduan Nassar.

No vigésimo segundo capítulo são propostas algumas reflexões sobre a atuação do psicólogo dentro do universo escolar. No vigésimo terceiro capítulo, os autores estabelecem ligação entre a arte urbana e o geoprocessamento, com a finalidade de explorar a pluralidade de leituras do espaço urbano do município do Rio Grande – RS. No vigésimo quarto, a autora reflete sobre o trabalho com a produção, correção e reescrita textual, decorrente de um processo de Formação Continuada de ações colaborativas promovidas pela pesquisadora.

No vigésimo quinto capítulo, a autora apresenta resultados de uma pesquisa que problematiza a maneira como uma coletânea de material didático de língua inglesa para o ensino médio é investigada. No vigésimo sexto capítulo, a autora explora o possível auxílio que os dicionários de sinônimos poderiam oferecer a estudantes de espanhol de níveis mais avançados que necessitam executar tarefas pedagógicas de produção. No vigésimo sétimo capítulo um projeto de extensão e todas as suas etapas são apresentados pelas autoras.

No vigésimo oitavo capítulo, as autoras refletem as relações entre linguagem e poder por meio de análises de posicionamentos dos internautas em notícias veiculadas em sites e postagens em mídias sociais que mostrem a influência do uso da norma culta e debates sobre a língua. No vigésimo nono capítulo, a autora problematiza a representação sobre o indígena como cultura minoritária constituída pela esfera jurídico-administrativa cujo eco discursivo repercute na esfera educacional brasileira. No trigésimo capítulo, os autores discorrem sobre as noções de sentidos no Curso de Linguística Geral, de Ferdinand de Saussure, abordando questões de sentido e referência de um sistema linguístico.

No trigésimo primeiro capítulo, a autora desenvolve a ação pedagógica adotando

uma postura interdisciplinar e de trabalho em equipe, construindo competências e saberes educacionais, além de colaborar com a formação musical dos integrantes do grupo. No trigésimo segundo capítulo, os autores estudam o sofrimento amoroso e a afinidade do amor nas canções brasileiras passionais separando-as em duas subcategorias. No trigésimo terceiro capítulo, os autores colocam em discussão a linguagem audiovisual da série animada estadunidense de humor *South Park*, no tratamento da religião islâmica como forma de desobediência e resistência ao chamado radicalismo religioso do grupo Estado Islâmico.

No trigésimo quarto capítulo, os autores propõem uma nova sequência didática para trabalhar o gênero textual cardápio nas aulas de língua inglesa. No trigésimo quinto capítulo, os autores apresentam uma leitura do romance juvenil *O Fazedor de Velhos*, de Rodrigo Lacerda, alisando os elementos estruturais da narrativa, como a configuração da personagem principal, do espaço e do narrador. No trigésimo sexto capítulo, os autores investigam o romance *Rua do Siriri*, de Amando Fontes, com a finalidade de elucidar como as mulheres viviam durante o período histórico discutido no texto literário.

No trigésimo sétimo capítulo, as autoras investigam os estereótipos veiculados pelo discurso midiático referente à ocupação da mesa do senado durante a Reforma Trabalhista, 2017. No trigésimo oitavo capítulo, a autora verifica como os livros didáticos de Língua Portuguesa do segundo ciclo dos anos iniciais do ensino fundamental indicados pelo Ministério da Educação, por meio do Plano Nacional do Livro Didático, 2016, apresentam e exploram a variação linguística. No trigésimo nono capítulo, a autora apresenta um estudo investigativo à luz dos vínculos linguístico-culturais e identitários de professores de língua inglesa.

No quadragésimo capítulo, a autora analisa a natureza de contexto a partir de dados obtidos em grupos de leitura compartilhada sob uma perspectiva ecológica. E, por fim, no quadragésimo primeiro capítulo, o contexto da Educação Infantil na relação com a formação de professores representa o foco de discussão, partindo, sobretudo da cultura corporal nesse contexto de ensino.

Desejamos aos leitores um proveitoso passeio pelas reflexões inseridas em cada capítulo e que as teorias e as práticas sejam capazes de problematizar a construção de novos conhecimentos aos interlocutores que queiram desvendar esta coletânea.

Ivan Vale de Sousa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MEMORIA CULTURAL: OS MITOS E AS LENDAS QUE ENCANTAM A COMUNIDADE E VISITANTES DE BARREIRINHAS – MA	
Fernanda Carvalho Brito Monique de Oliveira Serra Michelle de Sousa Bahury Luciano Torres Tricário	
DOI 10.22533/at.ed.7811905061	
CAPÍTULO 2	13
MINHA TERRA TEM HISTÓRIAS-O GÊNERO CORDEL NO ALEGRE	
Aleide Josse Rodrigues Ataide Costa Rosilene Alves de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.7811905062	
CAPÍTULO 3	28
NOÇÕES GERAIS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL	
Marina de Alcântara Alencar Priscila Francisco da Silva Marcondes da Silveira Figueiredo Junior	
DOI 10.22533/at.ed.7811905063	
CAPÍTULO 4	36
NORMALIDADE E ANORMALIDADE DISCUTINDO ENQUADRAMENTOS COMPORTAMENTAIS	
Paulo de Tasso M. de Alexandria Junior Jéssica Gontijo Nunes Juliane Hirosse Malizia Mariana Araújo Bichuete Cavalcante Millais Lariny Soares Rippel	
DOI 10.22533/at.ed.7811905064	
CAPÍTULO 5	52
O DISCURSO RELIGIOSO NO CONTO A IGREJA DO DIABO, DE MACHADO DE ASSIS: INTERTEXTUALIDADE ENTRE BÍBLIA E LITERATURA	
Priscilla Cruz Delfino	
DOI 10.22533/at.ed.7811905065	
CAPÍTULO 6	69
O ENSINO DE INGLÊS POR MEIO DE JOGOS PEDAGÓGICOS: UMA ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO ATIVO DO ALUNO COM A APRENDIZAGEM DE UM NOVO IDIOMA	
Claudecy Campos Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.7811905066	

CAPÍTULO 7	85
O ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA DE FORMA INTERDISCIPLINAR, INTERCULTURAL E LÚDICA: ESPANGLISH, UM EXEMPLO DE INOVAÇÃO	
Graziani França Claudino de Anicézio Márcia Sepúlveda do Vale Roberto Lima Sales	
DOI 10.22533/at.ed.7811905067	
CAPÍTULO 8	95
O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA PARA CRIANÇAS NO PIBID: APRENDIZADOS E EXPERIÊNCIAS	
Anna Clara de Oliveira Carling Riscieli Dallagnol	
DOI 10.22533/at.ed.7811905068	
CAPÍTULO 9	104
O ENSINO DE LÍNGUA ITALIANA PARA A TERCEIRA IDADE	
Wânia Cristiane Beloni	
DOI 10.22533/at.ed.7811905069	
CAPÍTULO 10	115
O ENSINO DE LÍNGUA ITALIANA PARA CRIANÇAS	
Alessandra Camila Santi Guarda Gabriel Bonatto Roani Wânia Cristiane Beloni	
DOI 10.22533/at.ed.78119050610	
CAPÍTULO 11	125
O FUNCIONAMENTO DO CÉREBRO E OS PROCESSOS COGNITIVOS ENVOLVIDOS NO ATO DE LER NUMA PERSPECTIVA DA NEUROCIÊNCIA	
Silvana Lúcia Costabeber Guerino Janaína Pereira Pretto Carlesso	
DOI 10.22533/at.ed.78119050611	
CAPÍTULO 12	132
O HOSPÍCIO EM DISPUTA: O DISCURSO MÉDICO E A LITERATURA BARRETEANA	
Roberta Teixeira Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.78119050612	
CAPÍTULO 13	147
O INTERNETÊS NA ESCOLA	
Lidiane da Silva Alves Marta Marte Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.78119050613	
CAPÍTULO 14	155
ESTRATÉGIAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Ivan Vale de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.78119050614	

CAPÍTULO 15	164
O NÃO RECONHECIMENTO DO OUTRO E A EDUCAÇÃO: A REIFICAÇÃO DE AXEL HONNETH	
Caroline Mitidieri Selvero	
DOI 10.22533/at.ed.78119050615	
CAPÍTULO 16	175
O PROGRAMA INGLÊS SEM FRONTEIRAS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE INGLÊS: LEGISLAÇÃO E PERCEPÇÕES	
Luana Inês Alves Santos	
Sérgio Murilo Fontes de Oliveira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.78119050616	
CAPÍTULO 17	181
O QUE EXPRESSAM OS JOVENS QUANDO CRIAM MÚSICA: A MUSICOTERAPIA MEDIANDO INTERAÇÕES	
Neide A. Silva Gomes	
Rosemyriam Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.78119050617	
CAPÍTULO 18	195
O SUJEITO SURDO NO ENSINO REGULAR: ANÁLISE DOS DISCURSOS DA LEI 10.436 E DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	
Maria Andreia Lopes da Silva	
Marilza Nunes de A. Nascimento	
Claudete Cameschi de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.78119050618	
CAPÍTULO 19	205
O TEXTO POÉTICO EM SALA DE AULA: ESSE BEM INCOMPREENSÍVEL	
Valdenides Cabral de Araújo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.78119050619	
CAPÍTULO 20	218
O TRABALHO PEDAGÓGICO COM JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO	
Elizabeth Pereira Barbosa	
Luciana Freitas de Oliveira Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.78119050620	
CAPÍTULO 21	230
OS PALIMPSESTOS SAGRADOS DA <i>LAVOURA ARCAICA</i>	
Raphael Bessa Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.78119050621	
CAPÍTULO 22	243
PENSANDO O FAZER DA PSICOLOGIA NO AMBIENTE ESCOLAR	
Luiza Bäumer Mendes	
Marcele Pereira da Rosa Zucolotto	
DOI 10.22533/at.ed.78119050622	

CAPÍTULO 23	249
POÉTICAS URBANAS: CARTOGRAFIA DE GRAFFITI EM RIO GRANDE/RS	
Bianca de Oliveira Lempek De-Zotti Christiano Piccioni Toralles Raquel Andrade Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.78119050623	
CAPÍTULO 24	262
PRÁTICAS DIALÓGICAS DE LINGUAGEM: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO EM SALA DE AULA COM OS COMANDOS DE PRODUÇÃO TEXTUAL COMO ATIVIDADE DE INTERAÇÃO	
Dayse Grassi Bernardon	
DOI 10.22533/at.ed.78119050624	
CAPÍTULO 25	274
PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO EM ATIVIDADES DE LI	
Silvelena Cosmo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.78119050625	
CAPÍTULO 26	290
PRODUÇÃO TEXTUAL NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE ESPANHOL COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA: A CONTRIBUIÇÃO DOS DICIONÁRIOS DE SINÔNIMOS	
Laura Campos de Borba	
DOI 10.22533/at.ed.78119050626	
CAPÍTULO 27	305
PROJETO DE EXTENSÃO: LEARN ENGLISH	
Tamara Angélica Brudna da Rosa Victória Botelho Martins	
DOI 10.22533/at.ed.78119050627	
CAPÍTULO 28	310
RELAÇÕES DE PODER DECORRENTES DO DOMÍNIO DA NORMA CULTA: REFLEXÕES A PARTIR DE TEXTOS VIRTUAIS	
Caroline Melo Ana Amélia Furtado de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.78119050628	
CAPÍTULO 29	326
REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO INDÍGENA EM DOCUMENTO OFICIAL E SUA REPERCUSSÃO NO CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO	
Icléia Caires Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.78119050629	
CAPÍTULO 30	342
SAUSSURE E WITTGENSTEIN: SENTIDO E REFERÊNCIA NO INTERIOR LINGUAGEM LÓGICO- FORMAL	
Julio Neto dos Santos Ivanaldo Oliveira dos Santos Filho Daniella Brito Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.78119050630	

CAPÍTULO 31	352
SÉRIE CONCERTOS DIDÁTICOS DA “CONFRARIA DE LA YERBA”	
Carla Eugenia Lopardo	
DOI 10.22533/at.ed.78119050631	
CAPÍTULO 32	361
SOFRIMENTO AMOROSO E FINITUDE DO AMOR NA CANÇÃO BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: ANÁLISE DE DUAS CANÇÕES	
Carlos Vinicius Veneziani dos Santos	
Gabriela Ramalho da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.78119050632	
CAPÍTULO 33	376
SOUTH PARK E O ESTADO ISLÂMICO: A LINGUAGEM AUDIOVISUAL COMO FORMA DE DESOBEDIÊNCIA E RESISTÊNCIA	
Lucas Mestrinheire Hungaro	
Roselene de Fátima Coito	
DOI 10.22533/at.ed.78119050633	
CAPÍTULO 34	384
TO SEE OR TO EAT? - A REFORMULAÇÃO DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA DO GÊNERO CARDÁPIO	
Camila Rangel de Almeida	
Esther Dutra Ferreira	
Joane Marieli Pereira Caetano	
Laís Teixeira Lima	
Carlos Henrique Medeiros de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.78119050634	
CAPÍTULO 35	397
UM HERÓI EM FORMAÇÃO: O PASSAR DO TEMPO EM <i>O FAZEDOR DE VELHOS</i> , DE RODRIGO LACERDA	
Marcilene Moreira Donadoni	
José Batista de Sales	
DOI 10.22533/at.ed.78119050635	
CAPÍTULO 36	413
UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DA MULHER EM <i>RUA DO SIRIRI</i> , DE AMANDO FONTES	
Viviane da Silva Valença	
Alisson França Santos	
DOI 10.22533/at.ed.78119050636	
CAPÍTULO 37	422
UMA INVESTIGAÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS VEICULADOS PELO DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE A OCUPAÇÃO DA MESA DO SENADO DURANTE A REFORMA TRABALHISTA EM 2017	
Camila Kayssa Targino Dutra	
Verônica Palmira Salme Aragão	
DOI 10.22533/at.ed.78119050637	

CAPÍTULO 38	437
VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DO 2º CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL I	
Mirely Christina Dimbarre	
DOI 10.22533/at.ed.78119050638	
CAPÍTULO 39	449
VÍNCULOS LINGUÍSTICO-CULTURAIS E IDENTITÁRIOS DE PROFESSORES DE LÍNGUA INGLESA	
Luciana Specht	
DOI 10.22533/at.ed.78119050639	
CAPÍTULO 40	459
LINGUÍSTICA ECOLÓGICA: A NATUREZA DO CONTEXTO EM UMA PRÁTICA DE MULTILETRAMENTOS	
Raquel Souza de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.78119050640	
CAPÍTULO 41	468
A CULTURA CORPORAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES	
Joseane da Silva Miller Rodrigues	
Eliane Aparecida Galvão dos Santos	
Fernanda Figueira Marquezan	
DOI 10.22533/at.ed.78119050641	
CAPÍTULO 42	476
O CAMPO DA ARTE E SUAS RELAÇÕES COM A TECNOLOGIA: REALIDADE VIRTUAL	
Michelle Sales	
DOI 10.22533/at.ed.78119050642	
SOBRE O ORGANIZADOR	490

REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO INDÍGENA EM DOCUMENTO OFICIAL E SUA REPERCUSSÃO NO CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Icléia Caires Moreira

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul -
Fundect
Três Lagoas - MS

RESUMO: esta pesquisa objetiva problematizar a representação sobre o indígena, enquanto cultura minoritária, construída pela esfera jurídico-administrativa cujo eco discursivo repercute na esfera educacional brasileira. O *corpus* organiza-se de recortes discursivos segmentados do documento final da “Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais”. Nossa hipótese é de que esta materialidade, entrelaçada/entretecida ao texto legal da lei 11.645 e a aparatos didáticos, já em circulação, possibilita a (re) construção e /ou a (re)significação do processo de colonização, do desejo de controle por parte da hegemonia em cristalizar a representação dos povos indígenas e de suas culturas, como sujeitos marginalizados e subalternos.

PALAVRAS-CHAVE: Discursos; Identidades; Povos indígenas.

ABSTRACT: this research aims to problematizes representation on the indigenous, as a minoritarian culture, built by the legal-administrative sphere whose discursive echo impacts in the Brazilian educational sphere. The

corpus is organized in segmented discursive cuts of the final document of the “Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais”. We hypothesize that this materiality, interwoven with the legal text, 11.645 in didactic devices, in circulation, enables the (re)construction and / or (re) significance of the process of colonization, desire for control by the hegemony in crystallizing the representation of indigenous peoples and their cultures as marginalized and subaltern subjects.

KEYWORDS: Speeches; Identities; Indigenous people

1 | INTRODUÇÃO

A partir da observação de que as políticas públicas de cunho cultural tanto para os indígenas quanto sobre os indígenas têm alcançado notória visibilidade no cenário hegemônico, principalmente, quanto às questões educacionais e patrimonialização de elementos das culturas, bem como de seus conhecimentos e expressões tradicionais. Trataremos, neste artigo, da constituição da representação do sujeito indígena, via *lingua(gem)*, e sua (re)significação ao longo da história perpassada por processos de exclusão/subalternidade tanto em documentos oficiais quanto em aparatos pedagógicos.

Como aludido no título, nosso objetivo geral é problematizar, interdiscursivamente, a representação dos sujeitos indígenas (suas respectivas formas de organização e expressão culturais) construída pela esfera jurídico-administrativa, cujo eco discursivo repercute na esfera educacional brasileira. De maneira específica, interessa-nos analisar como são constituídas as representações sociais de terra, cultura e exclusão que perpassam o documento final da “Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais”, ratificada em 2006 pelo governo brasileiro; Apontar via recortes discursivos e das formações discursivas que os atravessam os possíveis efeitos de in-exclusão e discriminação erigidos do processo de colonialidade do poder sobre o indígena e sua cultura perante a sociedade.

Nosso *corpus* constitui-se de recortes discursivos extraídos do documento final da “Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais”, ocorrida durante Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, em sua 33ª reunião, celebrada em Paris, de 03 a 21 de outubro de 2005, ratificado pelo Decreto Legislativo 485/06. Partimos da hipótese de que esta materialidade, entrelaçada ao texto legal da lei 11.645/08 e aos aparatos didáticos, já em circulação, possibilita a (re)construção e /ou a (re)significação do processo de colonização, do desejo de cristalizar uma representação dos povos indígenas e de seus patrimônios culturais de forma marginalizada e subalterna.

Para tanto, pautamo-nos, transdisciplinarmente, na Análise do Discurso de origem francesa (PÊCHEUX, 1988-1997); em seu viés Discursivo-desconstrutivo (CORACINI, 2007-2015; GUERRA, 2016); na Arqueogenealogia foucaultiana (1997-2010-2013-2014); e no Pós-colonialismo (CASTRO-GÓMES, 2005; GROSGOUEL 2008; MIGNOLO, 2003; QUIJANO, 1992-2005; SOUSA-SANTOS, 1999-2004) para promovermos uma incursão analítica sobre o delineamento desses processos de subjetivação. De modo a observar como as políticas públicas indigenistas e seus respectivos “produtos” se entrelaçam e se conjugam para produzir determinados efeitos de sentidos no bojo social.

2 | ALINHAVOS SÓCIO-HISTÓRICOS E IDEOLÓGICOS DO DIZER

Conforme Quijano (1992) a conquista das sociedades e das culturas latino-americanas iniciou-se com a formação de uma ordem mundial que culmina, 500 anos depois, em um poder global que articula todo o planeta. Este processo de concatenação do projeto expansionista da hegemonia ocidentalista sobre o território americano (MIGNOLO, 2003), implicou na brutal concentração dos recursos mundiais na mão de uma minoria branca e estabeleceu uma relação de dominação direta, política e cultural dos europeus sobre os povos conquistados em todos os continentes.

Segundo Quijano (1992), pode-se dizer que o processo primário de colonização, transfigurou-se hoje no que denominamos colonialismo. A colonização politicamente

foi derrotada na grande maioria dos casos, primeiro na América, posteriormente na África e na Ásia. Entretanto, instaurou-se o colonialismo uma nova maneira política de dominação formal, aliada a microcapilaridade do capitalismo, de algumas sociedades sobreporem-se umas às outras. Ele se concatena via associações de interesses sociais entre as nações desigualmente distribuídas em uma articulação relacional de poderes.

O pesquisador pós-colonialista nos explica que esta estrutura colonial de poder produziu determinadas discriminações sociais que posteriormente foram categorizadas como “raciais”, “étnicas”, antropológicas” ou “nacionais” ao longo da história. Sendo assumidas inclusive pela ciência com um certo caráter discursivo “objetivo” e de significações a-históricas. Esse quadro político-social funciona ainda hoje como matriz geradora das linhas que compõem a trama de poderes e saberes mundiais, nas relações de distribuição de recursos e de trabalho entre as populações do mundo, pois ainda é possível notar que a maioria dos explorados, discriminados, subalternizados, de alguma forma, estão as “raças”, as “etnias” em que foram categorizadas as populações colonizadas.

Para Souza (2003) esse processo de soberania ocidentalista delineado por ações do passado tem grande repercussão sobre o presente e acaba por fomentar formas de solidariedade verticais, baseadas no estereótipo do favor. Esse tipo de ação social desencadeia processos de “subcidadania” que permitem a criação de um abismo material valorativo entre classes e “raças” que compõem a sociedade. Neste ínterim, as interações, intervenções sociais entre os sujeitos parecem se construir sob o paradigma da relação de favor/proteção que é incapaz de perceber, em toda sua dimensão, a extensão valorativa, moral e simbólica da discussão e repercussão da discussão “centro/periferia”.

É a partir desta conjuntura que emergem as questões relativas ao processo de in-exclusão (GUERRA, 2016) dos sujeitos indígenas. Ao serem considerados como populações selvagens e vulneráveis por meio do primeiro documento oficial a respeito Brasil de que se tem notícia, a Carta de Pero Vaz de Caminha, epistola destinada a corte Portuguesa. Este discurso fundador deu origem a emergência do estereótipo de vulnerabilidade e alta de civilização, dando margem a compreensão de que os povos autóctones necessitavam de tutela e da adesão a formas de civilização pertencentes a sociedade colonial em decorrência de sua forma outra de se organizar socialmente (LIMBERTI, 2012).

Este contexto desencadeou projeções imaginárias que foram ao longo da história sedimentando preconceitos que precisam ser desconstruídos (LIMBERTI, 2016), visto que ajudam a (re)forçar uma visão estreita e cartesiana da sociedade, estabelecadora de linhas abissais entre os povos indígenas e a hegemonia branca (SOUZA-SANTOS, 2004). O paradigma cartesiano é, por definição, o paradigma da desunião, tudo é condenado à separação: razão/emoção, ser humano/natureza, eu/outro, e assim sucessivamente. Essa visão dicotômica acaba por dar margem às desigualdades sociais, miséria, guerras, crises econômicas, ditaduras, abandono, exploração dos

menos favorecidos, doenças, intolerância, violência e impunidade.

Ainda que a história tenha seu curso adiante, ela possibilita construção da subjetividade no movimento “para trás” (LIMBERTI, 2016), há sempre fossilizações discursivas que nos servem de referência, mesmo que se queira uma ilusão de linearidade, os acontecimentos se dão na dispersão e no entrelaçamento dos arquivos (FOUCAULT, 2014) que significam e se (re)significam via práticas discursivas gerando novas possibilidades de sentidos, que também não deixam de remontar ao já dito/ já-lá (PÊCHEUX, 1988).

Conforme Orlandi (2008, p. 42) podemos dizer que o discurso possui uma dupla relação com a história, porque se produz determinadas condições e projeta-se para o “futuro”, cria tradição e influencia novos acontecimentos. “Atua sobre a linguagem e opera no plano da ideologia, que não é assim era percepção do mundo ou representação do real”.

No caso dos sujeitos indígenas, observamos que a matriz representativa do “bom selvagem”, estudada por Limberti (2012), ainda funciona como fator de indianidade, como marca étnico-cultural. Este pré-construído (Orlandi, 2008) emerge e possibilita construções que operam no limiar do discurso e da história, por meio de estratégias de saber-poder, organizadas, para a (re)produção de verdades fomentadoras dos processos de subjetivação (FOUCAULT, 1997).

Sob esta égide, é possível dizer que o discurso oficial da “Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais” (ratificada em 2006 por meio do decreto legislativo 485), da lei 11.645/08 (responsável pela instituição da obrigatoriedade do ensino das histórias e culturas indígenas no ensino básico brasileiro) e o discurso didático-pedagógico das obras eleitas por esta pesquisa, a saber: “Povos Indígenas no Brasil Mirim”, publicado em 2015 pelo Instituto socioambiental -ISA, “Cineastas indígenas para Jovens e Crianças”, publicado pela OnG Vídeos nas Aldeias - VNA em 2010 e “Povos indígenas do Brasil: um história de resistência” produzido pela editora IMEPH em 2010 entrelaçam-se e entretecem-se para formar uma trama microcapilar de dizeres que funcionam como espaço de formatação da representação identitária dos sujeitos indígenas, cujos discursos tornam-se modos de subjetivação (FOUCAULT, 1997).

Nesta linha de pensamento crítico-reflexivo, asseveramos que o diálogo entre a lei, a referida Convenção e as produções didáticas eleitas, que trazem narrativas, comentários, imagens e escritas de si de indígenas e informações sobre diversas etnias, nos possibilitará (d)enunciar/problematizar a instauração de construções discursivas preconceituosas emergentes deste cenário a respeito destes sujeitos, já que que todas as materialidades mobilizam formação de saberes instituindo práticas discursivas e sociais de sentidos.

Refletir sobre tais aspectos históricos-sociais nos ajuda a (re)nunciar, a (des) confiar da crença de que seja possível chegar a irrupção de um acontecimento que possa ser chamado “verdadeiro”, afinal tudo é passível de construção mediante

determinadas condições de produção, haja vista que é inatingível a possibilidade do homem reapoderar-se da “verdade” de forma integral/original. Neste sentido, o nosso fazer analítico passa a tratar o(s) acontecimento(s) discursivo(s) no(s) jogo(s) de sua(s) instancia(s), tanto na pontualidade em que aparece e em sua dispersão na história para observar os efeitos de sentidos passíveis de emergência (NAVARRO, p. 86).

3 | A TRAMA TEÓRICO-METODOLÓGICA TRANSDISCIPLINAR

A constituição da trama teórico-metodológica que orienta esta discussão considera a noção de transdisciplinaridade, isto é, o entrelaçamento terias de diferentes áreas do saber, em decorrência de cremos que a pesquisa dentro da Análise do Discurso, assim como nas demais ciências humanas, requer do analista que construamos um artifício teórico singular em face das problematizações emergentes do *corpus* a ser analisado, preponderantemente, pelas condições de produção específicas em que os discursos em estudo se constituíram/constituem no jogo da lingua(gem) (CORACINI, 2010).

A razão disso, está na própria materialidade do termo que nomeia esta noção, podemos dizer que trans- é um prefixo de origem latina que significa “movimento para além de”; Disciplina é um termo utilizado para designar um ramo do saber humano, também de origem latina (conhecimento, matéria a ser ensinada); -dade: é um sufixo designador de estado ou situação. Desta forma, é possível articular que transdisciplinarizar é propor um movimento para além de um campo do saber que nos possibilite entrelaçar e entretecer fios teóricos que nos auxiliem a compreender as singularidades dos recortes que compõem o nosso *corpus* de pesquisa.

Conforme Almeida e Guerra (2016, p. 14), é possível salientar que:

Enquanto método, transdisciplinarizar é analisar um enunciado como efeito dos discursos, cuja singularidade só pode ser notada mediante as condições de produção [...] situação que motiva o analista a evocar outras formas de saber, outras noções teóricas que ajudem a dar conta de explicar a emergência de possibilidades de efeitos de sentidos.

Este diálogo entre diferentes áreas do conhecimento se concatena, epistemologicamente, pelo fato de que as materialidades linguísticas eleitas podem trazer sua envergadura discursos que exijam do pesquisador buscar possibilidades outras de interpretações que, por vezes, a própria AD possa não vir a abranger (MOREIRA, 2016).

Sob prisma, entrelaçamos e entretecemos, em uma trama teórica específica a esta pesquisa, conceitos da AD de orientação Francesa (PÉCHEUX, 1988-1997; ORLANDI, 2008), o seu desdobramento Discursivo-desconstrutivo (CORACINI, 2007-2016; GUERRA, 2016); a Arqueogenealogia foucaultiana (1997-2010-2013-2014); e da visada pós-colonialista (CASTRO-GÓMES, 2005; GROSGOUEL 2008; MIGNOLO, 2003; QUIJANO, 1992; SOUSA-SANTOS, 2004-1999) de modo a construir um dispositivo orientador de nossa reflexão analítica que auxilie na

compreensão/interpretação do que emerge discursivamente entre os interlocutores, isto é, as possibilidades de “efeitos de sentidos” conforme as condições produção de sua emergência.

A partir da Análise do Discurso de origem francesa, por conta de seu diálogo entre a linguística, a história e a psicanálise, podemos tomar o sujeito como cindido e clivado, em constante movimento, sempre o mesmo, mas sempre outro possibilitando a manifestação das identidades (GALI, 2010). Esta noção de sujeito que norteia nossa reflexão está longe do logocentrismo cartesiano, é multifacetada em posições submersas em uma conjuntura sócio-históricamente dada e construída na e pela língua(gem) por meio dos entrecruzamentos de dizeres e silêncios.

Nesta arena de sentidos, a história é erigida, via práticas discursivas constitutivas e constituidoras de um imaginário, de representações, celebrando as formulações e as movências sociais de uma época. Esta ordem discursiva mobiliza saberes e poderes que trabalham em circularidade, de modo tático, como fios microcapilares e dispersos que vão abalizando o governo de si e dos outros na malha social (FOUCAULT, 1997) gerando aquilo que chamamos de processo de subjetivação. Sob a égide da AD podemos, fundamentalmente, problematizar a natureza da concepção de sujeito e de linguagem e sua ligação com o político, o ideológico e o Histórico para interpretar as emergências de efeitos sentidos, em sua polissemia, e promover a des-territorialização de formas sedimentadas de pensamento. E observar os múltiplos significados emergem, produzindo e absorvendo sentidos, sob os liames de Formações discursivas e ideológicas (ORLANDI, 2008).

Transdisciplinarizada a Arqueogenealogia foucaultiana e seus processos de escavação dos sentidos, a AD busca no que Foucault denominou *método* meios para compreender o funcionamento dos discursos que dão corpo e forma as ciências humanas, tomando-os não mais conjuntos de signos e elementos significantes remetidos a determinadas representações e conteúdos, como pensavam os estruturalistas saussurianos, mas sim como um conjunto de práticas discursivas instauradoras de objetos a partir dos quais se enuncia, se circunscreve conceitos, se legitimam sujeitos enunciadores e se fixam as estratégias que permeiam e direcionam os atos discursivos (GREGOLIN, 2004).

Foucault se faz imprescindível, neste processo reflexivo, pois via o *método* arqueogenealógico, busca-se descrever não só as condições de possibilidade dos enunciados que formam as ciências/Saberes/verdades cristalizadas, mas suas as condições de existência. No sentido de que, para ele, o discurso é uma prática que provém da formação dos saberes que se articulam a outras práticas não discursivas, nas quais os dizeres e os fazeres filiam-se a formações discursivas, arregimentadas por regras específicas de formação. Esta prática se dá no movimento de enunciação, sempre singular, dos enunciados, a materialidade, em um jogo estratégico e polêmico, por meio do qual as “verdades” se fossilizam. Neste jogo, saberes e poderes se articulam com vistas a controlar, selecionar, organizar e (re)distribuir o que é de interesse em

dado momento sócio-histórico (GREGOLIN, 2004).

O interesse maior do historiador do presente está nos processos de escavação e historicização das regularidades para descrever relações de força entre enunciados, entre grupos de enunciados, entre acontecimentos posicionados na dispersão da história, uma vez que para o autor “o enunciado, de um lado é um gesto; de outro liga-se a uma memória, tem uma materialidade; é único, mas está aberto à repetição e se liga ao passado e ao futuro.” (FOUCAULT, 2014, p.32).

Mesmo que para explicar os caminhos das relações de poder-saber, Foucault (2014), tenha se utilizado da sexualidade, é possível empreender um deslocamento para incursões analíticas de diversos corpora. Disso decorre, nos valermos de suas considerações para compreender as representações construídas pelo discurso oficial/educacional a respeito dos sujeitos indígenas e suas formas de organização/manifestação culturais.

Para compreender as questões sócio-históricas que envolvem este assunto e seus desdobramentos hoje o Pós-colonialismo de Castro-Gómes (2005); Grosfoguel, (2008); Mignolo (2003), Quijano (1992-2005), Sousa-Santos (1999-2004) entrelaça-se como fio que é parte desta tessitura teórica e promove a problematização das ações estatais, das formas de organização social a partir do capitalismo, a fim de observar como a concatenação histórica do sistema/mundo/patriarcal regeu e rege as ações de organização de distribuição do valor cultural e da renda na sociedade hegemônica.

Para Sousa-Santos (1999) o círculo virtuoso/vicioso entre princípio de Estado e de Mercado caminha cada vez mais fortalecido enquanto princípio de comunidade, mas descaracterizou-se com tempo ao perder seu assentamento na obrigação política da cidadania, esta situação aconteceu na medida em que o reconhecimento político da cooperação/solidariedade se deslocou da ação cidadã para restringir-se a formas de cooperação mediadas pelo Estado. Esta ação regulatória vinculada ao caos do mercado, abriu espaço a manifestações como: anomia, exclusão, desagregação, segregação e violência.

O pesquisador nos explica que o Estado é a terra onde a semente primária do capitalismo germina e não mede limites para demonstrar suas potencialidades. Visto como um dispositivo de intervenção social, o Estado, se vale de estratégias de acumulação, mercantilização do trabalho, de bens e serviços, processo baseado na sustentabilidade da acumulação e na melhoria *ad infinitum* do crescimento econômico. Neste aspecto opera sobre o binarismo do que pode vir a promover o mercado e do que pode vir a restringi-lo, quadrante que dá margem a estratégia da hegemonia que se desmembra em três facetas: *a representação e participação política*, hoje sob vestes democráticas, *o âmbito do consumo social* alocado no entrelugar do Justo/injusto, travestido da voz da equidade e por fim *o campo do consumo cultural* baseado no limiar do leal/desleal, baseado no que se conhece por identidade cultural, sempre atravessado pelo discurso da melhoria e da distribuição e veiculação de conhecimento e informação.

Nos países (semi)periféricos os padrões normativos de organização político-social são decisivamente afetados por pressões internacionais e fontes de financiamentos de suas atividades frequentemente doadas por capitais externos, o que amarra suas ações/intervenções às condições dos doadores desde a orientação, a gestão e a responsabilização das ações. Infelizmente, a autonomia Estatal/nacional é muitas vezes obtida às custas dos ditames internacionais fomentados por interesses capitalistas (SOUSA-SANTOS, 1999).

Neste íterim, trazemos Quijano (1992) para salientar que as nações periféricas saem do cenário colonial, das vestes imperialistas, mas continuam sua trajetória sob o julgo de um novo algoz, não menos invasivo, a Colonialidade, forma outra de controle/dominação da hegemonia sobre os países periféricos. Cujo caminhar vai desde a organização das formas de saberes, a constituição dos lastros da história e da valoração cultural atribuída as formas de organização social existentes. Em uma espécie de *continuum* evolutivo desde o primitivo ao civilizado; do tradicional ao moderno; do selvagem ao racional; do pré-capitalismo ao capitalismo, a Europa considera a si como referência e se coloca como o espelho do futuro das demais culturas, como se fosse o modelo avançado da história da espécie, quimera que sobrevive ainda hoje, e se faz tão ilusoriamente atrativa para tantos.

Para Mignolo (2003), toda conjuntura Econômica/social/política mundial e suas relações de colonialidade emergem do circuito comercial do atlântico, no século XVI, baseado em interesses capitalistas e tem como impacto a criação do imaginário de que este é um fenômeno europeu e não planetário, do qual o restante do globo é participe, mas sempre com distintas e hierarquizantes posições de poder. Ou seja, a colonialidade funciona como eixo organizador, tanto no passado como no estabelecendo a diferença colonial, que precisa e cultiva a periferia como natureza primordial de sua manutenção.

Este imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da articulação de forças, de vozes pouco escutadas/apagadas, de memórias compactas/fraturadas, de histórias unilaterais, em um movimento de supressão memórias e de histórias que se contaram na divisão de centro e margem. A formação do Estado-nação, a princípio, exigiu a homogeneidade e ocultou a da heterogeneidade para estabelecer o controle (MIGNOLO, 2003).

Hoje, segundo Castro-Gómes (2005), as ações Estatais trilham o caminho inverso, a atual reorganização global da economia capitalista se apóia na produção das diferenças, não para subverter o sistema de exclusão/desigualdade, mas para contribuir para a sua consolidação. Estratégicamente, trabalham por meio dos processos de subjetivação, criando perfis estatalmente coordenados denominados “invenção do outro”, baseado em sistemas de representação articulados por táticas de saber/poder. Processo de produção material e simbólica das sociedades ocidentais ocorrido a partir do século XVI e que ainda se arrasta enraizado no mesmo princípio gerador, entretanto sob diferentes formas de intervenções sócio-políticas.

Em síntese, podemos dizer que articulação entre topografia moral/civilizatória

implícita e a cultura ocidental de estirpe colonizatória são os fios condutores que levaram a sociedade a considerar, sob um sistema de forças binaristas e redutoras, o que é certo ou errado, superior ou inferior (SOUZA, 2003). É essa situação socio-histórica que divide a sociedade em linhas abissais (SOUZA-SANTOS, 2007) que ferem/dilaceram a dignidade humana e que naturalizam a desigualdade na esfera contemporânea.

4 | INCURSÃO ANALÍTICA

Na busca por problematizar quais discursos políticos subsidiam o discurso educacional sobre os povos indígenas e a fim de refletir a respeito da representação destes sujeitos construída pela e para sociedade hegemônica, trazemos R4, excerto extraído da página 7 do documento final da “Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais”. Cujas formulações concatenou-se durante a “33ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura” promovida pela Unesco (organização das nações Unidas) de 03 a 21 de outubro de 2005.

Importante salientar que o documento do qual foi segmentado o excerto eleito, foi ratificado pelo governo brasileiro via decreto legislativo número 485 no ano de 2006. Este arquivo, organiza-se em 7 itens, e o recorte que segue faz parte do item IV. Direitos e obrigações das partes, mais especificamente, está presente no artigo VII medidas para a promoção das expressões culturais, como subitem descritivo de como as partes (nações envolvidas) deverão procurar criar em seu território medidas que coloquem em prática o mote do documento “Proteção e promoção da diversidade das expressões culturais”. Vejamos:

R4: **criar, produzir, difundir, distribuir** suas próprias **expressões culturais, e a elas ter acesso, conferindo a devida atenção às circunstâncias e necessidades especiais da mulher**, assim como dos diversos **grupos sociais, incluindo** as pessoas pertencentes **às minorias e povos indígenas**; (p. 7, artigo 7- medidas para a promoção das expressões culturais, grifos nossos)

Ao empreendermos um gesto analítico sobre este excerto, observamos que R4, atravessado pela formação discursiva capitalista ancorada na formação ideológica de mercado, vale-se de formas verbais nominais e transitivas diretas, que exprimem ação, dinamicidade ou atividade (NEVES, 2011), encadeadas de modo gradativo e hierárquico “**criar, produzir, difundir, distribuir**” para construir um processo de imperatividade que demanda passos a serem seguidos, instruções destinadas à concretização de uma meta.

Sob desejo de completude (AUTHIER-REVÚZ, 1998), R4 deixar escapar em seu dizer a indicação de como crê que se deva organizar e desenvolver a atividade de “**promoção e de proteção à diversidade das expressões culturais**” entre os povos. Atravessado pela ordem do discurso capitalista/ mercadológica/industrial aponta em

seu dizer quais passos são necessários para se transformar a Cultura em um tipo de “bem de consumo” que deve ser: criado, produzido, difundido e distribuído em cada país membro.

Segundo Ferreira (2009, p. 276) o item lexical “**Criar**” significa dar existência, dar origem a, formar; “**produzir**”, por sua vez, (p. 656, 2009) é fazer render, fabricar; “**Difundir**” (p. 318), é propagar, transmitir, fazer espalhar-se e, por fim, “**Distribuir**” (p. 324), é dispersar algo em diferentes direções, levar/fornecer a diferentes lugares. Autorizados pelo intradiscorso e suas fossilizações (ORLANDI, 2008) na lingua(gem) por meio via dicionarização, podemos analisar que R4, porta-voz de decisões coletivas concatenadas via consenso representativo entre nações, propõe um movimento de transformação das Expressões Culturais em bem material/imaterial que deverá circular, concreta e discursivamente, no âmbito social para cumprir a obrigação dos Estados em respeitar o “direito” à diversidade e a diferença entre as várias culturas existentes em cada *locus* geoistórico (NOLASCO, 2013).

Podemos interpretar ainda, via fragmento “**e a elas ter acesso**” que não basta “**criar, produzir, difundir, distribuir**” as expressões culturais que representam cada nação, além disso, faz-se necessário construir um ambiente de acessibilidade. Isto é, R4 deixar escapar em seu dizer, o rastro do não dizer, ou seja, que as nações envolvidas na Convenção, até hoje, não possuem mecanismos de acessibilidade às formas culturais que as constituem, disso decorre a necessidade de se asseverar nas discussões e transpor por escrito no documento final que representa a convenção essa indicação, marcando-a na forma de aposto, como uma orientação explicativa (NEVES, 2011) que vem a acrescentar-se como mais uma instrução/ordenamento a ser seguido.

Ao historicizarmos a necessidade de acessibilidade demarcada em de R4, notamos que ela é fruto da cicatriz colonial, em cujo âmago está o processo de concatenação do sistema-mundo capitalista/patriarcal/eurocentrado que se deu por meio da tomada do território das Américas (MIGNOLO, 2003; GROSGUÉL, 2008), dividindo os povos em superiores e inferiores por meio da ideia de raça, baseada na diferença de traços fenotípicos, o que produziu identidades sociais como: negros, indígenas e mestiços, cuja conotação delineou-se como subalterna e de segunda classe em relação ao europeu, que se autodenominou branco (QUIJANO, 2005).

Nesta linha reflexiva, trazemos o trecho: “**conferindo a devida atenção às circunstâncias e necessidades especiais da mulher (...) dos diversos grupos sociais, incluindo as pessoas pertencentes às minorias e povos indígenas**”, materialidade que se vale de vocábulos como o verbo “conferir” que significa conceder, dar algo a alguém (FERREIRA, 2009, p. 255), que remete ao efeito de sentido de que os Estados envolvidos na Convenção e que a ratificaram, como o caso do Brasil, necessitam oferecer “**a devida atenção**” aos sujeitos relegados à margem porque o poder público possui uma dívida histórico-social com eles, que ainda não está saudada, devido a não concessão um tratamento equânime ao longo da história.

Dadas as condições histórico-sociais (PÊCHEUX, 1988), é preciso lançar mão de debates e medidas jurídico-administrativas que observe e amenize “às **circunstâncias e necessidades especiais**” de exclusão e preconceito que os alocaram/locam em uma condição subalterna e periférica. Assim, é possível conjecturar que a busca do Estado por proteção de minorias e suas culturas visa atingir um objetivo político incontornável, que visa escamotear o abismo que se criou e perdura entre ações institucionalizantes e a concretização de atendimento equânime às comunidades (SOUZA, 2003).

Essas fatias da sociedade mencionadas: “mulher”, “minorias” e “povos indígenas” são marcadas, historicamente, pela construção de estereótipos e exclusões de todas as ordens, daí a pressão internacional, concretizada em acontecimentos discursivos como Convenções e seus respectivos documentos finais serem mobilizadas para, de alguma forma, desencadear políticas públicas inclusivas estabelecidas de consensos sociais dentro dos Estados-nação.

Nesse contexto, é possível dizer que as políticas públicas ligadas à “proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais” emergem, discursivamente, em cada *locus* geográfico (NOLASCO, 2013), via criação de leis que constituem uma rede de controle dos sujeitos e dos sentidos a eles atribuídos (FOUCAULT, 1997). Nesse aspecto, a vida do sujeito na sociedade atual passa pela esfera da administração da subjetividade controlada e contida. Os sujeitos à margem são introduzidos na dinâmica social via políticas de inclusão e respeito à diversidade cultural a fim de dar-lhes a sensação de integração a esse sistema, para que se vejam reconhecidos, valorizados e atinjam um “ideal de eu social” sancionado pelo Estado (DIAS, 2010).

Segundo Dias (2010), esse discurso in-excludente não é novo; ele vem sendo utilizado como meio de validação daquilo que o homem não consegue justificar, ou seja, suas atitudes de repulsa ao outro/o diferente. Por meio dele, o Estado “captura” o diferente, aquele que não se encontra dentro das normas estabelecidas por um determinado tipo de poder, para que se institua ações capazes de regular, enquadrar, incluir, disciplinar e educar esses sujeitos. Constrói via políticas públicas a subjetividade do outro, não para celebrá-la, mas para conter sua forma de significação (CASTRO-GÓMES, 2005)

Podemos observar que o enunciador dispõe em escala gradativa os sujeitos por ele considerados(in)fames(CORACINI,2007):“mulher”,“minorias”e“povos indígenas”, e acometidos por “**circunstâncias e necessidades especiais**”. Esta construção sequencial, nos permite salientar, que R4 já os traz com a marca da anormalidade, da diferença, situação que os aloca em um labirinto jurídico, representando-os como uma violação e uma forma de embaraço da lei, urna transgressão uma indecidibilidade no nível do direito que precisa ser corrigida (FOUCAULT, 2010, p. 56) via mobilização de políticas públicas. São vidas nuas, não abarcadas pela lei, estados de exceção que o poder soberano precisa encontrar formas de intervenção que possibilitem contornar o caos de suas formas de exclusão a partir de sua competência ilimitada que representa

a possibilidade de utilizar o poder estatal em toda sua plenitude, de maneira absoluta quando necessário for (AGAMBEM, 2010).

Neste fragmento também ressaltamos uma regularidade, da mesma forma que em R3, os indígenas são os últimos a serem mencionados e são inseridos na enumeração de sujeitos à margem por meio do verbo “**incluir**”, no gerúndio, cuja significação dicionarizada é “fazer tomar parte, introduzir, fazer constar” (FERREIRA, 2009, p.496) por meio desta palavra observamos que demarca-se no discurso, mais uma vez, que estes sujeitos encontram-se fora da legalidade escriturária (CASTRO-GÓMES, 2005), e situados em um lócus considerado a margem da margem em um processo contínuo de exclusão. Sob esta análise questionamos: é possível supor que haja aí a atribuição de um grau de importância? Qual seria a razão para que fiquem mais uma vez alocados por último? Seria este lugar enunciativo a marca do seu entrelugar no bojo da sociedade hegemônica?

Sabemos por meio do levantamento de condições sócio-históricas de produção (PÊCHEUX, 1988) a respeito dos povos indígenas, que muitas vezes provenientes da sociedade hegemônica acabaram por naturalizar, discursivamente, sob estereótipos discriminatórios e excludentes a figura e a cultura do indígena, colocando-o em uma posição periférica e subalterna, uma forma de subcidadania (SOUZA, 2003). Desta forma, articulamos com Pêcheux (1997) que essas representações e alocações discursivas marginais, nos dão pistas interpretativas e são fruto da circulação de discursos que se fixam dentro de liames culturais de uma sociedade, conforme um determinado período histórico. Acrescentando o pensamento foucaultiano, são construções que seguem um determinado ordenamento sócio-histórico e filiam-se a formações discursivas sempre perpassadas de relações de saber-poder que lhes conferem o status de pertença ao centro ou a margem.

Ao empreendermos uma incursão analítica sobre o R4 podemos observar que para a Unesco transformar as expressões culturais locais em bens materiais/imateriais de consumo seria a solução mais assertiva para resolver a desigualdade e a exclusão entre os povos e culturas. Estes bens de consumo seriam perpassados pela formação discursiva capitalista/mercadológica, fruto da organização cultural eurocentrada, e seguiriam um percurso que não apenas se “cria” (dá origem), mas se “produz” (replica), e que não deve ser apenas difundido (aspergido em várias direções), mas distribuído (em um trajeto de fornecimento). Isto é, sairia da manufatura, atividade manual/artesanal, para a maquinofatura atividade que se realiza via produção em série com auxílio de máquinas e processos industriais, geradores de renda e dividendos ao mercado que lhe concederia a visibilidade almejada.

Segundo Souza (2003) existe no mundo ocidental e eurocêntrico uma crença “fetichista” no progresso econômico que faz esperar da expansão do mercado a resolução de todos os problemas sociais. Entretanto, é possível observar que mesmo nas nações de maiores índices de desenvolvimento econômico a maior parte da população experiencia a fronteira da desigualdade, o estabelecimento de um abismo

material e valorativo entre as classes e as “raças” que as compõem constituindo o que conhecemos por centro e periferia.

Esta marginalização de grupos sociais, minorias e etnias diversas e suas culturas relaciona-se à disseminação de concepções morais e políticas, funcionam em circularidade sob uma vontade verdade (FOUCAULT, 1997) nessas sociedades. Esse processo gera ecos discursivos de exclusão/preconceito microcapilarmente espalhados (FOUCAULT, 1997-2013) e que o poder público, pressionado por ações internacionais de fundo econômico/capitalista, lança mão via procedimentos jurídico-administrativos para tentar “corrigir” por variáveis economicamente derivadas – dominantes, que acabam por contribuir ainda mais para o reforço da exclusão, sua permanência, naturalização e criação da subcidadania (SOUZA, 2003).

Ocorre, portanto, a atualização dos sentidos de exclusão em que o indígena e demais minorias são vistos como “incapazes” para exercer qualquer atividade relevante e produtiva por si, necessitando da intervenção do Estado para que tenham visibilidade. Quando encontramos políticas que trabalham para a consolidação da inclusão, naturalizando o fenômeno do estigma, a transmutação da necessidade ao “direito em favor de” desencadeia o reforço da exclusão. Recria-se um cenário de tutela que ratifica a exclusão e subalterniza os beneficiários das chamadas políticas públicas (SAWAIA, 2008).

Essa situação dialoga com referida Convenção, de onde provém o excerto em análise, que acarretou na criação da lei 11.645/08 e, conseqüentemente, de uma gama de Materiais Didáticos que versam sobre o a cultura e a história do indígena. Se é preciso uma pressão externa para promover/proteger bens culturais, desencadear prospectos legais e materiais que concretizem isso, acaba-se por confirmar/legitimar a exclusão dos sujeitos indígenas e suas culturas no cenário educacional brasileiro enquanto forma de saber que necessita ser conhecida e respeitada pela sociedade hegemônica.

Conforme Sawaia (2008), a exclusão contemporânea delineia-se como uma nova manifestação da questão social, pois tende a criar, internacionalmente, indivíduos na condição de “desnecessários”, marginalizados muito relevantes ao universo produtivo, para os quais parece não haver mais possibilidades de inserção, a não ser por vias inclusivas ligadas a estratégias jurídico-administrativas de cada Estado-nação. Poder-se-ia dizer que os sujeitos excluídos são seres descartáveis, a margem, que precisam ser realocados na sociedade para que lhes seja dado o título de cidadão e utópica autonomia. Aí entra em ação o processo in-excludente que acaba por empreender a (re)construção e /ou a (re)significação do processo de colonização e de desejo de controle estatal criador de uma possível representação da subjetividade em relação aos povos indígenas.

É possível conjecturar que documentos oficiais de cunho inclusivo promotores e protetores da diversidade cultural, (re)aloca os indígenas na chancela da exclusão e em última instância. Esse imbróglio de ações oficiais, gera práticas demarcadoras de

mais diferença na fronteira entre hegemonia e margem, em que esta última sempre tida como fatia especial a ser atendida, em condição de anormalidade fora dos padrões sociais prestigiados e vigentes.

5 | ALINHAVOS “FINAIS”

De acordo com a hipótese, os objetivos e as teorias implementadas, procuramos, empreender um gesto analítico perpassado pelo desejo de resistência intelectual, de modo a ir além das formas de saber cristalizadas e circulantes. Como o tecelão entrelaça os fios de sua trama, procuramos tecer os fios teóricos da fronteira, da periferia junto ao saber hegemônico crítico vigente objetivando descolonizar a epistemologia que preconiza só o cânone ocidental. E assim, demonstrar que pode haver diálogo e deslocamentos *a partir* de corpos e lugares étnicos-raciais subalternizados e o estabelecimento de outras interpretações dos discursos oficiais vigentes.

Nossa análise buscou, aos moldes de Pêcheux (1988), desconstruir as obviedades discursivas a respeito dos sujeitos indígenas e suas formas de manifestação cultural, no desejo de (de)sedimentação de saberes estereotipados e excludentes. Para (des)confiar dos discursos circulantes concatenadores da representação do indígena e de suas culturas, tanto no cenário jurídico-administrativo quanto no educacional, como sujeitos da exclusão. Sob um gesto de desnaturalização da desigualdade, que arrasta tantos povos e culturas a subcidadãs de marginalização.

Afinal, é preciso repensar a organização cartográfica e a história latino-americana por vias transdisciplinares para compreender os jogos da diferença e as relações de poder que marcaram o percurso desses povos diante da linearidade ilusória da história. E assim poder contribuir para a construção de um pensamento crítico a respeito dos desafios que afligem e atingem aqueles que são considerados a periferia da sociedade. Que esta compreensão não-eurocentrada, a partir de nosso *locus* geohistórico descentrado e periférico, possa vir a somar-se às problematizações que colaboram para a desconstrução das bases do sistema-mundo/patriarcal/eurocentrado, via pensamento latino-americano.

REFERÊNCIAS

AGAMBEM, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Trad. Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ALMEIDA, W. D.; GUERRA, V. M. L. Mulher(es) indígena(s) e escrita(s) de si: a (re)produção das identidades periféricas. In: ALMEIDA, W. D.; GUERRA, V. M. L. (Orgs). **Povos Indígenas em cena**: das margens ao centro da história. Campo Grande: OMEP/BR/MS, 2016. p.139-156.

AUTHIER-RÉVUZ, J. **Palavras incertas**: a não coincidência do dizer. Trad. Pfeiffer, C. R. e outros. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

CASTRO-GÓMES, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos

Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 80-87.

CORACINI, M. J. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira).** Plurilinguismo e tradução. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

_____. Transdisciplinaridade e a Análise do Discurso: Migrantes em situação de rua. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, 11 (1), 2010.

DIAS, C. Telecentros como políticas públicas de inclusão digital: da administração da vida na cidade. In: ORLANDI, E. (Org.). **Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso.** Campinas: RG, 2010. p. 43-73.

FERREIRA, A. B. H. **Minidicionário da Língua Portuguesa.** 7 ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Trad. Roberto Machado. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. **Os anormais.** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **A ordem do discurso.** Trad. Laura F. de A. Sampaio, 23 ed. São Paulo: Loyola, 2013.

_____. **A arqueologia do saber.** Trad. Luiz F. B. Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

GALLI, F. C. S. Escrita: (re)construção de vozes, sentidos, Eus. In: ECKERT-HOFF, B. M.; CORACINI, M. J. (orgs.). **Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, língua materna e estrangeira.** Campinas: Mercado das Letras, 2010. p. 51-65.

GREGOLIN, M. do. R. **Foucault Pêcheux na construção da Análise do Discurso: diálogos e Duelos.** São Carlos: Clara Luz, 2004.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, Março de 2008, p. 115-147.

LIMBERTI, R. **A imagem do índio: discursos e representações.** Dourados: Editora UFGD, 2012.

_____. Opressão e resistência nas relações interculturais Brasil/Paraguai. In: LARA, G. M. P.; LIMBERTI, R. de C. P. (Orgs.). **Representações do Outro: discurso, (des)igualdade e Exclusão.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. p. 135-153.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/ projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Trad. Solange Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MOREIRA, I. C. **O processo de subjetivação do Indígena em material didático subsidiado pelas (novas) tecnologias.** Três Lagoas: Câmpus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2016. 133 f. (Dissertação de Mestrado).

NEVES, M. H. **Gramática de usos do Português.** São Paulo: Unesp, 2011.

NOLASCO, E. C. **Perto do coração selbaje da crítica fronteriza.** São Carlos: Pedro & João, 2013.

ORLANDI, E. **Terra à vista - discurso do confronto: Velho e Novo Mundo.** 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Trad. Eni P. Orlandi.

Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. Ler o arquivo hoje. Tradução Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, E. **Gestos de Leitura**. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 227-278.

_____. Colonialidad y Modernidad-racionalidad. In: BONILLO, Heraclio (comp.). **Los conquistados**. Tradução de Wanderson Flor do nascimento. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992, p. 437-449.

SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SOUSA-SANTOS, B. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. In: PEREIRA, L. C. B.; WILHEIN, J.; SOLA, L. (Orgs.). **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: Editora Unesp, 1999. p. 243-271.

_____. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v 78, 3-46, 2004.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-378-1

